

CLIPPING

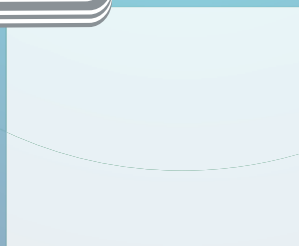


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Artigos

Nova Previdência e Goiás



Celmar Rech

Presidente do TCE-GO, especialista em Direito Público e mestre em Economia do Setor Público



O equilíbrio fiscal do Estado nos próximos anos passa pela responsabilidade de cada parlamentar”

A nova previdência, se aprovada pelo Congresso Nacional, valerá imediatamente para o Estado de Goiás e contribuirá sobremaneira com o equilíbrio fiscal das contas do Estado.

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás, no cumprimento de sua missão constitucional de zelar pela sanidade fiscal do Estado, adotou uma série de ações que foram capazes de induzir a melhoria da sustentabilidade do sistema de previdência dos servidores públicos de Goiás, entre elas a alteração da lei das pensões (Lei Complementar nº 124) – que já gerou, até o final do ano de 2018, uma economia da ordem de R\$ 133 milhões – a elevação da alíquota de contribuição dos servidores e a criação da Prev-Com-Brc, que igualou o teto dos novos servidores estaduais ao do regime geral do INSS.

Mesmo assim, a insuficiência financeira do Regime Próprio dos Servidores públicos do Estado de Goiás consumiu somente no ano de 2018 quase R\$ 2,6 bilhões. Não havendo os ajustes na Constituição Federal, essa trajetória continuará aumentando até 2038, quando deverá atingir R\$ 5,6 bilhões.

Tendo presente que os orça-

mentos dos Estados já se encontram incapazes de custear as inúmeras competências que a Constituição de 1988 lhes atribuiu, e que não há espaço para elevação da carga tributária, a não aprovação da reforma levaria, inevitavelmente, ao contínuo direcionamento de recursos de áreas como saúde, educação e segurança pública para comportar o aumento da despesa com aposentadorias e pensões, que atualmente já representa cerca de 1/3 de toda receita disponível do Estado de Goiás.

Embora a reforma, por si só, não reduza despesas imediatamente, as propostas de alteração no tempo de contribuição, idade mínima, alíquotas, inclusive envolvendo os militares, se bem discutidas e temperadas, têm o condão de alterar a trajetória ascendente do déficit, abrindo espaço nos orçamentos futuros.

Portanto, o equilíbrio fiscal do Estado nos próximos anos passa, nesse momento, pela responsabilidade de cada parlamentar eleito pela população goiana, que deverá ser capaz de, ainda que calibrando alguns pontos da reforma, como a dura regra de transição, não desnaturar o caráter de ajuste fiscal presente em sua essência.



Acções do TCE devem retornar R\$ 14 mi ao Tesouro Estadual

DA IMPRENSA/TCE-GO

A atuação do Tribunal de Contas do Estado de Goiás sobre a venda de medicamentos à Secretaria de Estado da Saúde deverá resultar em retorno de mais de R\$14,3 milhões de reais aos cofres públicos. A quantia refere-se a pelo menos 13 decisões condenatórias adotadas pelo TCE nos últimos anos em razão de fraudes cometidas, de forma recorrente, por grandes empresas fornecedoras de remédios à Secretaria da Saúde, em sua maioria para atender às necessidades da Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa.

A irregularidade consiste na cobrança e recebimento das faturas, pelos fornecedores, com a inclusão do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), quando, em tais casos não há incidência tributária. Não haveria sentido o Estado cobrar imposto de si mesmo e a chamada desoneração

do ICMS está regulamentada nos Convênios 26/2003 e 87/2002, do Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda (Confaz).

Nos processos de prestação de contas e de tomadas de contas especiais junto ao Tribunal de Contas, após levantamentos feitos pelas unidades técnicas, ouvidas as razões de defesa, Auditoria e Ministério Público de Contas (MPC) ficou evidenciado ainda, também de forma frequente, o descumprimento das normas contidas nos editais de pregão, que reforçam o desconto do ICMS nos preços, bem como afronta à lei geral de licitações.



Sede do Tribunal de Contas do Estado de Goiás



TCE-GO identifica irregularidade em faturas de fornecedores da Secretaria de Saúde

01/03/2019 18:23 --- Por Redação ---

Com a atuação, o Tribunal deve recuperar R\$ 14,3 milhões aos cofres públicos

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) deve recuperar, aos cofres públicos, R\$ 14,3 milhões, por meio de atuação sobre a venda de medicamentos à Secretaria de Estado da Saúde. Destaca-se que este valor diz respeito a 13 decisões condenatórias adotadas pelo TCE nos últimos anos. Isto, porque teriam ocorrido fraudes recorrentes por parte de grandes empresas fornecedoras de remédios à pasta, com intuito (em sua maioria) de atender às necessidades da Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa.

Segundo o tribunal, houve irregularidade na cobrança e recebimento das faturas pelos fornecedores, uma vez que foi incluído, apesar de não haver incidência tributária nessa situação, o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – o Estado não tem porque cobrar o imposto de si mesmo. Ressalta-se que a chamada desoneração do ICMS está regulamentada nos Convênios 26/2003 e 87/2002, do Conselho Nacional dos Secretários de Fazenda (Confaz).

Também foi explicitado o descumprimento das normas contidas nos editais de pregão, que reforçam o desconto do ICMS nos preços, bem como afronta à lei geral de licitações. Segundo o TCE-GO, a maior parte dos processos envolve as empresas Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, Medcommerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda e, em segundo lugar, a Milênio Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda. O Laboratório Ferring Ltda também é citado em um dos casos.



TCE-GO identifica irregularidade em faturas de fornecedores da Secretaria de Saúde

01/03/2019 18:23 --- Por Redação ---

Com a atuação, o Tribunal deve recuperar R\$ 14,3 milhões aos cofres públicos

Condenações

Os envolvidos foram condenados por infração às normas legais, ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico e dano ao erário. Na prática, isso significa que os mesmos terão de ressarcir os cofres públicos com correção proporcional. Além disso, foi determinado pelo TCE-GO que os responsáveis recolham os débitos no prazo de 15 dias. Vale frisar que ainda cabe recurso.

Secretaria de Saúde

Solicitamos a secretaria estadual de Saúde que comentasse a condenação das fornecedoras, mas até o momento ainda não obtivemos retorno. O espaço permanece aberto e matéria poderá ser atualizada a qualquer momento.

[Atualização] A Secretaria de Estado da Saúde de Goiás esclareceu ao Opção, por meio de nota, que esta gestão, pautada sempre na transparência e exigência do cumprimento das normas legais, seguirá as orientações do TCE para evitar futuras fraudes como esta. “A observância da legalidade dos atos administrativos vale para todas as áreas desta secretaria”, reforçou.

(Com informações do TCE-GO)



Sem arrecadação, Estado deve pagar inativos dia 8

SALÁRIO Secretária da Economia ainda afirmou ao POPULAR que 1ª parcela do escalonamento da folha de dezembro deve sair junto com a folha de março

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Servidores estaduais aposentados e pensionistas devem receber o salário referente ao mês de fevereiro no dia 8 ou 10 de março. De acordo com a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, o dia em que o depósito será feito dependerá da arrecadação. Porém, em entrevista à TV Anhangüera, o governador Ronaldo Caiado (DEM) se comprometeu a finalizar o pagamento da folha de fevereiro até o próximo dia 8. Os inativos ainda acumulam o atraso da folha de dezembro, que deve começar a ser quitada a partir de março, em escalonamento por faixa salarial durante seis meses.

O pagamento do funcionalismo público até o dia 10 do mês subsequente é previsto na legislação. Porém, o governador Ronaldo Caiado (DEM) havia se comprometido a quitar a folha dentro do mês trabalhado. "Não

pagamos tudo dentro do mês porque não teve arrecadação. Nos próximos meses não deve ter de novo. Vamos continuar pagando até o dia 10. Todo o dinheiro que entra no caixa sai para pagar salário ou dívida", afirmou Cristiane. Com maior poder para pressionar o Estado, os servidores da ativa receberam o salário de fevereiro no dia 28.

Quanto à folha atrasada de dezembro, o escalonamento está previsto para começar oficialmente em março, mas, segundo Cristiane, os depósitos do primeiro grupo devem ser feitos até o dia 10 de abril. O mesmo deve ocorrer nos meses seguintes. A última proposta apresentada pelo governo aos sindicatos e associações que representam os servidores foi de escalar o pagamento em cinco meses, mas a sugestão foi recusada pelas categorias em reunião com representantes do governo. "Vai depender da arrecadação e será em seis meses", reiterou Cristiane.



Wlker Barbosa

Cristiane Schmidt, secretária da Economia: dezembro em seis parcelas



Sebastião Nogueira

Socorro de Freitas, policial civil aposentada: "Peguei empréstimo no banco para comprar remédios. Isso é uma vergonha"

Ontem, o Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado de Goiás (Sindifisco) entregou ofício à secretária pedindo a quitação dos salários referentes ao mês de fevereiro dos inativos e pensionistas do fisco.

DIFICULDADES

A escritã de política aposentada Adriana Alcino, 49 anos, tem duas filhas que cursam medicina, uma delas mora em outro Estado. Sem o salário de dezembro e com a previsão de receber fevereiro apenas na próxima semana, Adriana precisou pedir dinheiro emprestado para honrar despesas como o condomínio e gás. "Não tenho dinheiro para comprar remédio, nem comida. O governador acha que a gente não come? Não tem que pagar aluguel?", questionou Adriana. A aposentada conta que nos últimos meses as dívidas estão acumulando e só conseguiu ir até a casa da mãe no carnaval porque pegou dinhei-

ro emprestado para encher o tanque do carro. "Às vezes, dá vontade de chorar", disse.

Vitua e com duas filhas adultas deficientes, a policial civil aposentada Socorro de Freitas, 58 anos, pegou empréstimo no banco para comprar remédios, fraldas e comida. Os problemas financeiros também têm causado problemas para a sua saúde. "Estou muito ansiosa, sem dor-

mitre comendo pouco. Estou pagando juros em todas as contas. Isso é uma vergonha. O tanto que eu trabalhei na minha vida inteira e agora está falando coisas para as minhas filhas", disse Socorro.

Otivaldo dos Santos, 52 anos, trabalhou como policial civil por 33 anos. Aposentado desde 2017, também está acumulando juros e dívidas para pagar quando o salário de fevereiro cair na conta. "Tem energia, água, escola de filhos. A gente se programa, mas não recebe a aposentadoria. Graças a Deus minha mãe conseguiu me emprestar dinheiro em dezembro, mas a reserva dela acabou. Não sei porque essa desertinação com aposentados e pensionistas. Não estou entendendo o governador. Até tiro eu levei quando era policial. Tenho 43 elogios na minha ficha. Eles não me pagam, mas exigem que eu honre meus compromissos financeiros", disse o aposentado.

“**Não pagamos tudo dentro do mês porque não teve arrecadação. Nos próximos meses não deve ter de novo**”

Cristiane Schmidt, secretária da Economia